



## A FUNÇÃO SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE LOCAL<sup>1</sup>

**Augusto de Quadros<sup>2</sup>, Emily Micaela Vieira<sup>3</sup>, Gabriela Eduarda Nunes Cavalheiro<sup>4</sup>,  
Kamili Eckhardt Silva Rosa<sup>5</sup>, Laura Fabiane Emmel Savela<sup>6</sup>, Oli Leandro Weber  
Cardozo<sup>7</sup>**

<sup>1</sup> Resumo simples desenvolvido no Módulo 1 - Estado, Sociedade e Constituição, disciplina de Projeto Integrador, ministrada pelo professor André Giovane de Castro, no Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) - Campus Três Passos.

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) - Campus Três Passos. E-mail: [augusto.quadros@sou.unijui.edu.br](mailto:augusto.quadros@sou.unijui.edu.br).

<sup>3</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) - Campus Três Passos. E-mail: [emily.vieira@sou.unijui.edu.br](mailto:emily.vieira@sou.unijui.edu.br).

<sup>4</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) - Campus Três Passos. E-mail: [gabriela.cavalheiro@sou.unijui.edu.br](mailto:gabriela.cavalheiro@sou.unijui.edu.br).

<sup>5</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) - Campus Três Passos. E-mail: [kamili.rosa@sou.unijui.edu.br](mailto:kamili.rosa@sou.unijui.edu.br).

<sup>6</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) - Campus Três Passos. E-mail: [laura.savela@sou.unijui.edu.br](mailto:laura.savela@sou.unijui.edu.br).

<sup>7</sup> Graduando em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) - Campus Três Passos. E-mail: [oli.cardozo@sou.unijui.edu.br](mailto:oli.cardozo@sou.unijui.edu.br).

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o papel do Poder Judiciário em um Estado Democrático de Direito, destacando sua responsabilidade na interpretação e aplicação justa das leis, resolução de conflitos e proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos. Os objetivos específicos incluem identificar as atribuições e estrutura do Judiciário brasileiro, refletir sobre sua atuação mediante entrevista, diagnosticar a percepção da sociedade sobre suas funções e aplicar os resultados em uma Olimpíada de Direito Constitucional em uma instituição de ensino. A metodologia adotada é sociológica, utilizando critérios de seleção de fontes teóricas e empíricas, com abordagem quali-quantitativa, natureza aplicada e objetivo exploratório. A Constituição de 1988 reconhece o Judiciário como independente e harmônico em relação aos Poderes Executivo e Legislativo, situando o Supremo Tribunal Federal como sua mais alta instância. A percepção pública sobre o Judiciário é mista, marcada tanto por sentimentos negativos quanto positivos. Uma enquete realizada no Instagram revelou que a maioria das pessoas considera o Judiciário relevante, embora demonstre também incerteza e descontentamento com sua atuação, especialmente em relação à morosidade processual e à impressão de parcialidade judicial. Apesar dos desafios, a investigação científica destaca a importância do diálogo entre o Judiciário e a sociedade, bem como medidas para promover transparência, eficiência e equidade no sistema judiciário. Portanto, o estudo oferece subsídios valiosos para compreender o funcionamento e o impacto do Judiciário na sociedade brasileira, visando a contribuir para o aprimoramento do sistema judiciário e o fortalecimento do Estado de Direito no país.

**Palavras-chave:** Constituição. Função Social. Justiça. Poder Judiciário. Sociedade.